



# CÂMARA MUNICIPAL DO BONITO-PE

## CASA LEÔNIDAS VILA NOVA



MENSAGEM JUSTIFICATIVA AO PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº \_\_\_\_ / 2024.

CÂMARA MUNICIPAL DO BONITO, 13 DE JUNHO DE 2024.

AS EXCELENTÍSSIMAS SENHORAS VEREADORAS,

AOS EXCELENTÍSSIMOS SENHORES VEREADORES.

Venho respeitosamente à presença de Vossas Excelências, propor o Projeto de Lei em anexo que visa **dispor sobre a concessão de auxílio-alimentação aos profissionais de ensino da rede pública do Município do Bonito/PE.**

A proposta visa atender a uma necessidade urgente e justa de valorização dos profissionais que atuam na educação municipal. Desse modo, estes profissionais são peças-chave no desenvolvimento de uma educação de qualidade, desempenhando papel fundamental na formação de nossas crianças e jovens. O auxílio-alimentação representa um importante benefício, contribuindo para a melhoria das condições de trabalho e qualidade de vida desses profissionais.

Nesse sentido, é de conhecimento público que a alimentação adequada é essencial para que qualquer trabalhador possa desempenhar suas funções de maneira eficiente e saudável. Assim, ao proporcionar um auxílio-alimentação, estamos garantindo que os profissionais de ensino possam contar com um suporte financeiro adicional para suas necessidades alimentares, refletindo diretamente em sua saúde e bem-estar.

Dessa forma, a concessão do auxílio-alimentação se alinha com as políticas de valorização dos servidores públicos, reforçando o compromisso do município com a educação de qualidade. De modo que, é uma medida que busca não apenas atender a uma demanda legítima dos profissionais de ensino, mas também investir no futuro de nossas crianças e jovens, pois profissionais valorizados e motivados, certamente contribuem para um ambiente educacional mais produtivo e eficiente.

Conto com o apoio dos nobres pares para a aprovação deste Projeto de Lei, certos de que estamos dando um passo importante na valorização dos profissionais de ensino e na melhoria da qualidade do ensino em nosso município.

  
PAULO SÉRGIO DA SILVA  
VEREADOR-AUTOR





# CÂMARA MUNICIPAL DO BONITO-PE

## CASA LEÔNIDAS VILA NOVA



PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº \_\_\_\_ /2024.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO AOS PROFISSIONAIS DE ENSINO DA REDE PÚBLICA DO MUNICÍPIO DO BONITO/PE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS CORRELATAS.

**PAULO SÉRGIO DA SILVA**, no uso de suas atribuições legais e regimentais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e pelo Regimento Interno, e em conformidade com o que dispõe a legislação vigente, e ainda:

**CONSIDERANDO** a necessidade de valorização dos profissionais de ensino da rede pública municipal;

**CONSIDERANDO** que a alimentação adequada é um direito fundamental para a saúde e o bem-estar dos trabalhadores;

**CONSIDERANDO** que a melhoria das condições de trabalho dos profissionais de ensino repercute diretamente na qualidade do ensino oferecido aos alunos;

**CONSIDERANDO** a importância de garantir suporte financeiro adicional para a aquisição de gêneros alimentícios, contribuindo para a melhor qualidade de vida dos servidores da educação;

**CONSIDERANDO** o compromisso do Município do Bonito/PE com a valorização dos profissionais de ensino e a busca contínua pela melhoria da qualidade da educação, submete-se à apreciação desta Câmara Municipal o seguinte **PROJETO DE LEI**:

**Art. 1º** Fica instituído o auxílio-alimentação aos profissionais de ensino da rede pública do Município do Bonito/PE, estendido inclusive, àqueles ocupantes de cargos comissionados e contratados por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nas condições especificadas nesta Lei.

**Art. 2º** Para efeito desta Lei, consideram-se profissionais de ensino:

I - Professores;

II - Coordenadores pedagógicos;

III - Diretores e vice-diretores;

IV - Supervisores escolares;







# CÂMARA MUNICIPAL DO BONITO-PE

## CASA LEÔNIDAS VILA NOVA



**V -** Demais profissionais que atuam diretamente nas unidades de ensino.

**Art. 3º** O auxílio-alimentação será pago mensalmente, por meio de um cartão magnético, destinado à aquisição de produtos de gêneros alimentícios, *in natura* ou preparados para consumo imediato, em estabelecimentos comerciais.

§ 1º O valor do benefício mensal a que se refere este artigo será pago até o 5º dia do mês subsequente ao cumprimento do período aquisitivo, e terá os seguintes valores:

I – aos que recebem remuneração até R\$2.200,00 (dois mil e duzentos reais), o vale-alimentação será no valor de R\$220,00 (duzentos e vinte reais) mensais;

II – aos que recebem acima do valor estipulado no inciso I, o vale-alimentação será de R\$175,00 (cento e setenta e cinco reais) mensais.

§ 2º O período aquisitivo do auxílio-alimentação instituído por esta Lei é mensal, compreendido entre o primeiro dia do mês e o último dia do mês.

§ 3º O valor do auxílio-alimentação previsto no §1º deste artigo poderá ser atualizado anualmente, pelo mesmo índice aplicado à Revisão Geral Anual – RGA, dos servidores públicos do Município do Bonito.

**Art. 4º** As faltas injustificadas ensejarão em desconto do auxílio alimentação da seguinte forma:

**Parágrafo único:** O desconto será proporcional para cada dia de falta.

**Art. 5º** Os profissionais de ensino em gozo de férias terá direito a receber o auxílio-alimentação integralmente.

**Parágrafo único.** Não terão direito ao auxílio-alimentação, os profissionais de ensino que:

I – Estiverem afastados em virtude de gozo de licença-prêmio;

II – Estiverem cedidos para outro Ente Federativo ou Poder Constituído;

III – Estiverem em licença para tratamento de interesse particular;

IV – Estiverem em licença para atividade política;

V – Estiverem suspensos em decorrência de sindicância ou de processo disciplinar.

**Art. 6º** O pagamento indevido do auxílio-alimentação caracterizará em falta grave, punível nos termos da Lei.





**Parágrafo único.** Os valores indevidamente recebidos pelo profissional de ensino deverão ser restituídos no mês subsequente, de uma só vez, monetariamente atualizados.

**Art. 7º** O auxílio-alimentação previsto nesta Lei tem caráter indenizatório e tem as seguintes características legais:

- I** – Não detém natureza salarial ou remuneratória;
- II** – Não é caracterizado como salário-utilidade ou prestação salarial *in natura*;
- III** – Não se incorpora ao vencimento ou a remuneração para quaisquer efeitos;
- IV** – Não é considerado para efeito de cálculo de 13º (décimo terceiro) salário ou de férias;
- V** – Não constitui base de cálculo para qualquer contribuição previdenciária ou de assistência à saúde;
- VI** – Não configura rendimento tributável.

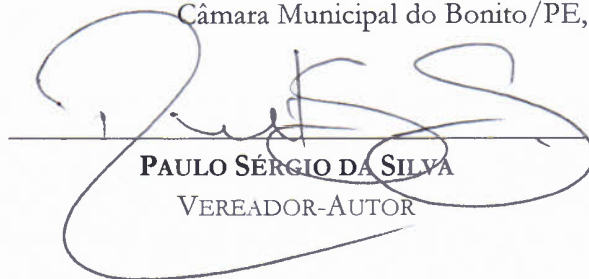
**Art. 8º** O Município do Bonito poderá contratar empresa para administrar o pagamento e demais serviços necessários para garantia da disponibilização do auxílio-alimentação, devendo observar os procedimentos legais para a contratação pública previstos na Lei nº 14.133/2021 (Lei de Licitações).

**Art. 9º** As despesas decorrentes da implementação desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas, se necessário.

**Art. 10.** O Poder Executivo Municipal deverá regulamentar a presente lei no prazo de 90 (noventa) dias.

**Art. 11.** Esta Lei entra em vigor, após a sua aprovação, na data de sua publicação.

Câmara Municipal do Bonito/PE, 13 de junho de 2024.

  
**PAULO SÉRGIO DA SILVA**  
VEREADOR-AUTOR

